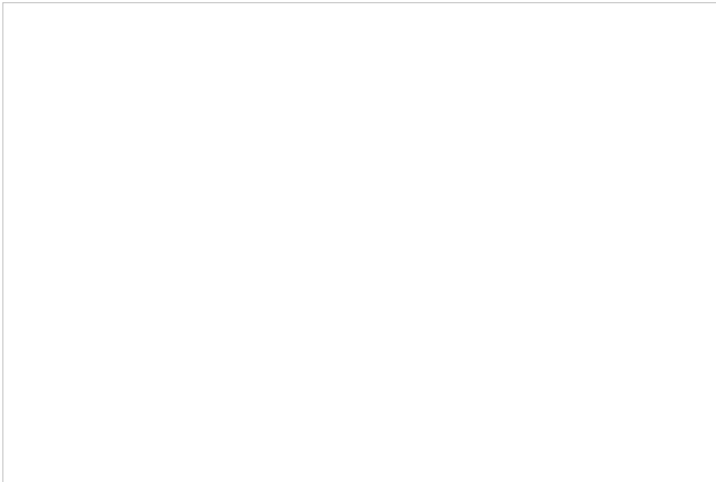




## 08/05/2018 15:23 - Em votação relâmpago, Câmara aprova projeto que permite organizações sociais em áreas da administração pública municipal



Em uma votação relâmpago, que virou praxe na gestão Hildon Chaves (PSDB), a Câmara Municipal de Porto Velho (CMPV) aprovou com 12 votos favoráveis, 6 contrários e três ausências, o projeto de Lei Complementar 988/2018, que permite o município habilitar organizações sociais para gerenciar alguns setores da administração pública.

Ao contrário do que a maior parte da imprensa vem divulgando, o projeto que foi elaborado não trata apenas da questão de Organizações Sociais de Saúde (OSS). O projeto permite que a prefeitura terceirize diversos setores como o da educação e ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, planejamento urbano, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, esporte e saúde.

Para passar o projeto foram necessárias duas votações na casa de leis.

As sessões, que foram convocadas em modo extraordinário, foram marcadas por polêmicas. Vereadores da oposição questionaram a não realização de audiências públicas, mas, segundo o líder do prefeito, Alan Queiroz (PSDB) um parecer da Procuradoria da Câmara, garante que não haveria necessidade.

O prefeito aposta na gestão da saúde por meio das OSS, destacando que em 24 estados e 200 municípios no Brasil já adotaram o novo modelo com resultados positivos.

### Corporativismo

Em meio a polêmica, na primeira semana do mês de maio o prefeito garantiu que as OSS, que serão implantadas na rede municipal de saúde, não afetarão de forma negativa as atividades desenvolvidas pelos cirurgiões dentistas e demais odontologistas que trabalham para o Município.

Em reunião com Rodrigo Jacon, presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado de Rondônia (Soderon), Hildon explicou que os profissionais poderão permanecer onde estão lotados.

Na conversa e na foto oficial aparece o líder do prefeito na CMPV, vereador Alan Queiroz que é dentista na capital.

### Debate

Em abril, um debate sobre as OSS ocorreu no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e teve por objetivo apresentar à sociedade o novo modelo de gestão que será implantado na capital.

Durante o debate o prefeito declarou que foi apenas para ouvir.

“Estou aqui hoje como ouvinte, para entender como funciona o modelo de gestão que atualmente é padrão na qualidade de atendimento no país, e participar das discussões - ouvindo todas as opiniões. Nosso objetivo é estudar uma forma de melhorar o serviço de saúde disponibilizado em nossa capital e, para isso, nada melhor do que seguirmos o exemplo daqueles que conseguiram obter êxito”, afirmou à época o prefeito Hildon Chaves.

Ele chegou a afirmar que o modelo não era privatização muito menos terceirização do serviço público de saúde.

“Não é privatização, muito menos terceirização do serviço público de saúde, isso é mito”, explicou o procurador-geral do Estado de Goiás, Rafael Arruda, que participou do evento como palestrante, junto com outros técnicos daquele estado.

### O que é

OSS são empresas do setor privado que atuam em parceria com o Estado para, pela proposta, trazer a consolidação do sistema único de saúde (SUS). Pela modelo a gestão continua exclusiva da secretaria estadual ou municipal de saúde. O patrimônio permanece público. O Estado é quem planeja, fiscaliza e cobra resultados. Vinte e quatro estados e 200 municípios no Brasil já adotaram o novo modelo na área

de saúde.

**Veja como foi a votação final:**

Maurício Carvalho (PSDB)  
José Rabelo da Silva - Jacaré (PSDC)  
Jurandir Rodrigues - Bengala (PR)  
Alan Queiroz (PSDB)  
Marcelo Reis (PSD)  
Márcio Pacelle (PSB)  
Edésio Fernandes (PRB)  
Joelma Holder (MDB)  
Jair Montes (PTC)  
Marcelo Cruz (PTB)  
Márcio Miranda (PSDC)  
Junior Cavalcante - ausente na primeira votação e a favor na segunda (PHS)

**Contra**

Cristiane Lopes (PP)  
Ada Dantas (PMN)  
Elis Regina (PC do B)  
Luan Costa (PP)  
Da Silva (PSB)  
Aleks Palitot (PTB)

**Ausentes**

Zequinha Araújo (MDB)  
Edwilson Negreiros (PSB)  
Márcio Oliveira - votou contra na primeira votação e esteve ausente na segunda (MDB)

**Fonte:** Redação Notícias RO